

ESTOICOS E CÉTICOS SOBRE IMPRESSÕES CLARAS E DISTINTAS

Michael Frede

Tradução: Inara Zanuzzi (UFRGS)

Email: inarazanuzzi@gmail.com

Revisão: Luiz Eva (UFPR)

Email: luizeva@hotmail.com

A história da filosofia helenística é dominada pela rivalidade entre estoicos e céticos, primeiro os céticos acadêmicos e depois os pirrônicos, que tentaram reviver uma forma mais radical de ceticismo quando, no segundo e primeiro século a.C., os acadêmicos pareciam ter amenizado sua posição a ponto de ficar difícil distingui-los de seus rivais estoicos. O debate entre estoicos e céticos disse respeito principalmente à natureza e à possibilidade do conhecimento. Se os céticos tentaram atacar a posição estoica em todas as outras questões também, o propósito era, ao menos originalmente, em boa parte mostrar que os próprios estoicos tinham fracassado em alcançar o conhecimento que eles alegavam ser alcançável.

Tanto estoicos quanto céticos viam-se como seguidores de Sócrates, mas os estoicos tomavam uma posição diferente acerca da moral que deveria ser retirada da experiência de Sócrates. Este, pela sua prática dialética, tinha mostrado que, a despeito das alegações em contrário, ninguém realmente possui o tipo de conhecimento que garante uma vida racional e feliz, e que, se ele próprio fazia alguma alegação de sabedoria, isso estava baseado somente no seu pronto reconhecimento que não era menos ignorante do que os outros. No entanto, Sócrates não se resignou a sua ignorância. E os estoicos parecem ter admitido que a razão para isto era que ele pensava que o tipo especial de conhecimento que mostrara faltar às pessoas era de fato alcançável. Eles admitiram que a natureza deveria ter construído seres humanos de um modo tal a lhes tornar possível levar uma vida racional e boa. E se isto, como se pensou que Sócrates mostrara, correspondia a ser sábio, a natureza deveria também ter nos fornecido os meios para obter o tipo de conhecimento que constitui a sabedoria. Os céticos, por outro lado, pensaram que permanecia uma questão em aberto saber se um tal conhecimento poderia ser atingido e que então tudo o que alguém poderia fazer, enquanto isso, era prosseguir procurando a verdade e submeter todas as alegações ao tipo de escrutínio dialético a que

Sócrates as havia sujeitado. Uma vez que a Stoa estava se desenvolvendo rapidamente como a escola mais influente, era natural que os cétricos voltassem sua habilidade dialética em particular contra os estoicos, que alegavam estar no caminho do tipo de conhecimento que Sócrates buscara em vão.

Ora, quando os estoicos alegaram que tal conhecimento era alcançável, eles também pensaram que tinham que constituir uma epistemologia em cujos termos pudessem mostrar que, e como, tal conhecimento devia ser alcançado. Por causa disso, a natureza nos dotou com uma base firme para o conhecimento ao nos prover de impressões claras e distintas, as assim chamadas impressões catalépticas ou cognitivas, que, por sua própria natureza, não podem ser falsas e, logo, constituem um guia infalível para as verdades que se tem que conhecer para ter a sabedoria que garante a vida boa. Assim, a teoria estoica do conhecimento está baseada numa doutrina sobre impressões claras e distintas. Dado que os cétricos não apenas não estavam persuadidos que tal conhecimento tivesse sido alcançado, mas mesmo questionavam se tal conhecimento seria alcançável, eles naturalmente concentraram seus ataques na teoria estoica do conhecimento e, em particular, na doutrina estoica das impressões claras e distintas, através das quais se supunha sermos capazes de adquirir o conhecimento em questão. Como resultado, um debate vivo se seguiu, que durou mais de dois séculos e que atraiu os melhores filósofos daqueles tempos.

A tradição, no entanto, desenvolveu uma visão da posição estoica que a faz tão vulnerável ao ataque cétrico que se torna bastante difícil entender como os estoicos, por séculos, foram capazes de manter o debate sem conceder a derrota. Se os estoicos defenderam a posição que tende a ser-lhes atribuída, sua escola estaria rapidamente deserta. Que, ao contrário, ela tenha sido defendida por homens da engenhosidade de um Crisipo deveria nos encorajar a rever a posição dos estoicos para ver se ela não poderia ser mais atraente ou ao menos mais fácil de defender do que a tradição nos faria crer.

A posição estoica

Impressões

Animais e seres humanos são feitos de um modo tal que sua sobrevivência e bem-estar dependem essencialmente da adequação de suas cognições. Eles têm que ser capazes de reconhecer e fugir do que é mau para eles, e de se dar conta e ir atrás daquilo que leva à sua preservação e ao seu bem-estar. Para este propósito, eles são equipados com um aparato sensorial e uma alma que, através dos sentidos, recebe impressões do mundo exterior e assim lhes fornece algum tipo de consciência do mundo a sua volta. Há, no entanto, uma diferença crucial entre as impressões dos

seres racionais e as impressões dos animais. As impressões dos seres racionais são chamadas “impressões racionais” (D.L., VII,51). Impressões racionais têm um conteúdo proposicional, elas são impressões que reportam que algo é o caso de um modo bastante similar àquele em que dizemos ordinariamente “a impressão que se tem, quando se consideram os indícios, é que ...”. Assim, impressões racionais são pensamentos (D.L., VII, 51; Ps.Gal., *Def. Med.*, XIX 381 K) que se apresentam à mente e que a mente ou aceita ou recusa. Aceitar ou dar assentimento a um pensamento ou impressão é ter a crença que a proposição que forma o conteúdo da impressão é verdadeira, recusar-se a aceitar um pensamento é suspender o juízo. Pensamentos podem apresentar-se à mente de muitos modos. Eles podem vir à mente quando se consideram os indícios acerca de uma questão sob dúvida. Todavia, muitos deles são produzidos pela ação causal de um objeto externo que, através dos órgãos dos sentidos, origina uma impressão em nós. Assim, ver algo, segundo essa posição, é ter um certo tipo de pensamento, gerado de um certo modo. No entanto, pensamentos também podem ser gerados de muitos outros modos.

Ora, os estoicos seguem Sócrates, Platão e Aristóteles na visão de que é uma marca de conhecimento moral que a pessoa não tenha jamais uma opinião incorreta em assuntos morais. Os estoicos adotam mesmo a posição mais forte segundo a qual o sábio nunca terá nenhuma crença falsa (Estobeu, *Ecl.*, II. 111, 18 W), porque, por razões que veremos depois, qualquer crença falsa pode ser um obstáculo para a aquisição do tipo de conhecimento que estamos buscando. Um modo pelo qual a natureza poderia constituir uma mente com a habilidade para evitar quaisquer crenças falsas seria o de dotá-la da habilidade de distinguir infalivelmente impressões verdadeiras de falsas. Todavia, uma tal mente seria sobre-humana; nada semelhante à fisiologia humana manteria uma mente tão poderosa. Em vez disso, a natureza forneceu aos seres humanos a habilidade infalível de distinguir impressões verdadeiras de um certo tipo – a saber, as impressões claras e distintas – de todas as outras impressões, sejam verdadeiras ou não. Deste modo, os seres humanos não estão em posição de conhecer todas as verdades, mas somente aquelas garantidas por impressões claras e distintas. Não precisamos, porém, conhecer a verdade de todas as impressões para levar uma vida boa e as impressões claras e distintas que recebemos no curso ordinário dos eventos provêm uma base ampla para aquilo que precisamos saber. Se nossa habilidade para conhecer é restrita deste modo, nossa habilidade para evitar crenças falsas é ilimitada: tudo o que precisamos fazer é não aceitar como verdadeira nenhuma impressão que cuja verdade não esteja garantida por impressões claras e distintas. Assim, haverá muitas impressões verdadeiras às quais não daremos nosso assentimento, mas não haverá uma impressão falsa que aceitaremos como verdadeira.

Tudo isso pressupõe que exista uma classe de impressões que, por sua própria natureza, não podem ser falsas e que a mente pode discriminar entre elas e outras impressões. Nossa tarefa principal, no que segue, é explicar como os estoicos poderiam assumir tais teses. Para compreender

isso, primeiro temos que dar uma olhada mais de perto na doutrina estoica das impressões racionais em geral.

Por um lado, impressões racionais não são meras afecções sensoriais. Isto as distingue das impressões dos animais irracionais. Existem várias passagens de acordo com as quais os estoicos distinguiram impressões racionais de meras impressões sensíveis (cf. Cícero, *Acad.* II.21; SE *M.* VII.345). Mesmo a mais primitiva das impressões racionais, como a impressão de que isto é branco, já envolve a representação do objeto através de um conceito; neste caso, o conceito “branco”. É deste modo que elas requerem uma mente racional, conseguem ser pensamentos e ter um conteúdo proposicional definido. Algumas vezes os comentadores se exprimem como se aplicássemos conceitos a objetos na base de impressões que são em si mesmas pré-conceituais. Todavia, este não pode ser o modo como os estoicos pensam as impressões racionais, pois, dada uma impressão que não envolve ainda a conceitualização de um objeto, poderíamos ter um número indefinido de crenças sobre o objeto com base em uma tal impressão. Portanto, não haveria uma única proposição definida que forma o conteúdo da impressão e o assentimento à impressão não constituiria uma crença definida. Pode-se objetar que se supõe que as impressões sejam afecções passivas da mente, enquanto a conceitualização de um objeto seria uma contribuição ativa da mente à impressão. Deve-se, porém, ter em mente que os estoicos caracterizam uma impressão como uma afecção passiva da mente para contrastá-la com o ato de assentimento e não para negar que a mente tome parte na formação de um pensamento. Como veremos, os estoicos pensam que o tipo de impressão que temos depende bastante de nossa mente estar em um estado operante normal; e parte do que um objeto faz, quando ele origina uma impressão numa mente racional que está operando bem, é fazer a mente conceitualizar o objeto de um certo modo. Neste sentido, a impressão racional é uma afecção passiva da mente ainda que envolva a operação da mente. Também se objetará que somente impressões originam conceitos e que, portanto, não podem, elas próprias, pressupor conceitos. Esta objeção desconsidera o caráter evolutivo da explicação dos estoicos. Seres humanos, de acordo com os estoicos, começam como animais irracionais. Como tais, eles têm o tipo de impressões sensíveis que os animais têm. No seu caso, porém, essas impressões dão lugar a conceitos de traços muito simples, como cores, formas, sabores e similares, e assim lentamente a razão começa a crescer. Uma vez que tenhamos estes conceitos simples, podemos ter as impressões racionais correspondentes e, o que é mais importante, as impressões cognitivas correspondentes. Estas vão naturalmente dar lugar a conceitos mais complexos, como o de um homem ou de uma árvore, que, por seu turno, vão nos capacitar para impressões racionais e, em particular, impressões cognitivas mais complexas (cf. Cic. *Acad.* II.21). Assim, essas noções comuns, que surgem em nós naturalmente na base de impressões mais primitivas, acabam sendo, na verdade, antecipações (Cic. *ND* I.44: *prolēpseis*), pois são necessárias para formar as impressões que nos permitirão apreender

as coisas (*katalēpseis*); é em termos delas que a mente tem uma apreensão das coisas. Portanto, impressões racionais e, em particular, impressões cognitivas de fato pressupõem conceitos, mas eles surgem de impressões mais primitivas que não pressupõem estes conceitos e, em última análise, de impressões sensíveis que não pressupõem quaisquer conceitos mas tampouco são racionais. Dada essa explicação evolutiva, é fácil ver como os estoicos podem alegar que conceitos apenas surgem de impressões apropriadas e sustentar, ainda assim, que uma impressão racional supõe a conceitualização do objeto.

Por outro lado, há mais numa impressão racional do que o conteúdo proposicional. Não podemos identificar uma impressão simplesmente especificando a proposição que é pensada. Ter uma impressão racional é pensar uma certa proposição de um certo modo. O tipo de impressão que temos depende não somente do seu conteúdo proposicional, mas também do modo como seu conteúdo é pensado, pois a mesma proposição pode ser pensada de inúmeros modos e, dependendo do modo como é pensada, temos diferentes tipos de impressões. Um modo pelo qual diferem é aquele pelo qual o sujeito da proposição – isto é, o objeto do pensamento – é representado na impressão. O pensamento que isto (um livro em minha frente) é verde que eu tenho quando olho o livro difere consideravelmente do pensamento que isto (o mesmo livro) é verde que tenho quando fecho meus olhos e toco o livro, ainda que o conteúdo proposicional, ao menos na lógica estoica, seja exatamente o mesmo. O pensamento que o gato de João é cinza é bastante diferente se eu vejo o gato ou se simplesmente me dizem que João comprou um gato, ainda que, novamente, o conteúdo proposicional possa ser exatamente o mesmo. Porém pensamentos também podem diferir pelo modo pelo qual a característica atribuída ao objeto é representada. Eu posso ter o hábito de pensar sobre a morte de um modo mal e pavoroso, caso em que seria doloroso para mim aceitar o pensamento que eu estou morrendo. Se, por outro lado, a morte é indiferente para mim, o pensamento que eu estou morrendo seria um tipo bem diferente de pensamento, cuja aceitação não seria dolorosa. De fato, os estoicos parecem pensar que todas as emoções e paixões são uma questão de aceitar pensamentos pensados de um certo modo e que o modo como esses pensamentos são pensados é dependente inteiramente de certas outras crenças que temos – em particular, crenças sobre o que é bom e o que é mau – que empregamos para representar o objeto da impressão e a característica atribuída a ele no pensamento. Assim, todos os conteúdos da mente revelam-se pensamentos. E torna-se ainda mais aparente por que os estoicos deveriam estar preocupados com nossa habilidade em distinguir entre impressões verdadeiras e falsas, pois, nesta visão, mesmo nossos sentimentos e desejos acabam por nada ser senão uma questão de como aceitar pensamentos verdadeiros ou falsos de um certo tipo.

Para nossos propósitos, uma diferença no modo como os objetos podem ser representados nos nossos pensamentos merece ênfase especial. Se alguém percebe um objeto, ao menos em

condições normais, tende a pensá-lo de um modo tal que, simplesmente com base nessa mesma representação, poderia prosseguir dizendo muitas coisas sobre ele além daquilo que pensou sobre ele, e estas coisas que se poderiam dizer sobre o objeto poderiam ser ou não coisas que ele acreditou anteriormente serem verdadeiras a seu respeito. Em casos em que alguém não está percebendo o objeto e nem mesmo o percebeu antes, ele será representado no seu pensamento inteiramente em termos do que acreditou anteriormente ser verdadeiro dele. E assim ele será representado em termos de conceitos gerais que poderiam igualmente bem aplicar-se a outros objetos. No entanto, se eu vejo o objeto e penso que é verde, o objeto pode não ser representado por nenhum conceito geral, exceto o conceito “verde”, ainda que seja representado de um modo tal que, simplesmente com base na impressão, poderíamos prosseguir e representá-lo em termos de uma multiplicidade de conceitos.

Do que foi dito, deve ficar claro que existe algum sentido em que impressões têm partes correspondendo às várias características representadas na impressão – mais particularmente, uma parte ou partes correspondendo às características em termos das quais o objeto do pensamento ou o sujeito da proposição é representado, e uma parte ou partes correspondendo à característica ou características que o objeto é representado ter – isto é, uma parte ou partes que corresponde ao predicado da proposição da qual a impressão é um pensamento. Os estoicos parecem dispostos a chamar tais partes da impressão de “impressões” também, pois eles chamam noções gerais de “impressões” (SE *M* 7.246; Plutarco, *Comm.not.* 1084f; cf. Cic. *Acad.* II.21). No entanto, isto parece ser enganador, visto que as partes das impressões não são verdadeiras ou falsas como as impressões, falando propriamente, o são. Assim, poderia ser melhor chamar tais partes das impressões de “ideias” e distinguir o modo como ideias têm conteúdo proposicional e são verdadeiras ou falsas e o modo como impressões propriamente ditas são proposicionais e são verdadeiras ou falsas. Os estoicos também parecem distinguir ideias genéricas, ou abstratas, e ideias específicas, ou concretas (cf. SE *M* 7.246). A ideia de homem em geral, por exemplo, é abstrata, enquanto a ideia de Sócrates e a ideia de sua compleição física podem ser específicas, ou concretas. O fato de que representamos um objeto numa impressão através de um conceito geral é refletido pelo fato de que a parte correspondente da impressão é uma ideia abstrata. Além disso, temos que admitir que as partes de impressões racionais são ordenadas de modo tal que sua combinação na ordem apropriada resulta no pensamento de uma proposição, enquanto sua combinação em uma ordem diferente poderia resultar no pensamento de uma proposição diferente ou em nenhum pensamento.

Para resumir. Impressões são impressões de um objeto. No caso de impressões racionais, esta impressão consiste em um pensamento que concerne ao objeto. Tal pensamento envolve a conceitualização do objeto, mas não precisa ser inteiramente conceitual e, no caso da percepção, não é. Ainda assim, o pensamento é o pensamento de uma proposição; porém, é caracterizado não

somente pela proposição da qual é um pensamento, mas também pelo modo como esta proposição é pensada. O modo como uma proposição é pensada depende do modo como os constituintes da proposição são representados no pensamento. Esta representação não precisa ser inteiramente conceitual – isto é, não precisa consistir inteiramente de ideias abstratas – para representar um constituinte de uma proposição e para ser constitutiva de um pensamento. No caso da percepção, o pensamento é parcialmente não conceitual; ele é, ainda assim, um pensamento, porque envolve conceitualização do objeto e, em particular, porque envolve minimamente o tipo de conceitualização do seu objeto que dá à impressão seu conteúdo proposicional que é verdadeiro ou falso, como resultado do qual o próprio pensamento pode ser dito verdadeiro ou falso.

Impressões Cognitivas

Como poderia haver impressões que não podem falhar em ser verdadeiras, sem ser pela razão trivial de que são verdadeiras ou correspondem aos fatos, mas devido a algum fator que é logicamente independente da sua verdade? Parece que poderia haver um tal fator, a saber, a propriedade de ter um certo tipo de história causal, e que os estoicos estão se baseando neste fator.

Impressões têm uma certa história causal. No curso dessa história, todo tipo de coisa pode dar errado. A mente, por exemplo, pode ser defeituosa e, assim, produzir as impressões erradas. No caso da visão, a luz pode estar errada, a distância ser muito grande ou muito pequena, o aparato sensitivo estar funcionando mal e, como resultado, podemos ter uma falsa impressão. Por outro lado, é óbvio que a natureza organizou as coisas de um modo tal que nas condições normais a impressão que recebemos é verdadeira. Se, sob condições normais, algo aparece como vermelho ou aparece como um ser humano, então é vermelho, ou é um ser humano. Assim, impressões com o tipo correto de história causal não podem falhar em serem verdadeiras, embora o fato que elas tenham este tipo de história causal seja logicamente independente de sua verdade. Vamos chamar tais impressões de “normais”.

Existem diferentes tipos de impressões normais. Em particular, parece útil distinguir dois tipos. Se, por exemplo, eu tenho a impressão que $2+2=4$ porque eu tenho uma prova para a proposição que $2+2=4$, minha impressão terá o tipo correto de história causal que garantirá a sua verdade. Todavia, não é uma história causal que conecta o objeto da impressão, digamos o número 4, com minha impressão; a impressão, ainda que produzida de um modo apropriado e normal, não é produzida ou causada pelo próprio objeto da impressão. E é, ao menos para os estoicos, somente nos casos de percepção que a impressão normal é causada pelo próprio objeto. Será, pois, útil tratar impressões normais deste tipo particular como uma classe separada e chamá-las “impressões perceptivas”.

Que os estoicos pensem que as impressões cognitivas são normais é sugerido pelo seguinte. Sexto Empírico (*M* 7.247) caracterizou impressões não-cognitivas de modo bastante geral como aquelas que alguém vem a ter devido a alguma condição anormal (*pathos*). “Condição anormal” aqui dificilmente pode referir apenas a estados anormais da mente, pois mesmo num estado normal da mente alguém terá impressões não-cognitivas – por exemplo, se alguém está vendo algo a uma distância muito grande. Portanto, “condições anormais” tem que ser entendido aqui por referência a todo um conjunto de condições normais. E, de fato, em *SE M* 7.424 nos é dado um tal conjunto de condições para o caso da visão. Cinco condições têm que ser satisfeitas para que uma impressão visual seja cognitiva: condições dos órgãos dos sentidos, do objeto da visão, de como ele está localizado, de como a impressão se dá e do estado da mente. E, ainda que não seja dito explicitamente, é fortemente sugerido que, se estas condições são satisfeitas, a impressão será cognitiva. Similarmente, Cícero (*Acad.* II 19) refere-se a tal conjunto de condições suficientes e necessárias para impressões cognitivas.

Além do mais, embora isso seja objeto de uma considerável controvérsia, também parece que os estoicos pensam que as impressões cognitivas são perceptivas. Aécio (*Plac.* IV 8.1) explicitamente diz que as impressões cognitivas são produzidas através dos órgãos dos sentidos. Cícero fala das impressões cognitivas como se fossem originadas pelos sentidos (*Acad.* II.83). E o modo como os estoicos definem impressões cognitivas (admitem que se originam de um objeto), bem como o que eles dizem sobre a clareza e distinção de impressões faz sentido imediato somente para impressões perceptivas.

Os aparentes obstáculos para aceitar essa tese são os seguintes. Os estoicos claramente assumem que existem cognições não-perceptivas, a saber, naqueles casos em que temos uma prova de um teorema (*DL* 7.52). Mas também é fato que, de acordo com os estoicos, mesmo as cognições não-perceptivas envolvem impressões (*SE M* 7.370). Portanto, parece natural assumir que as impressões envolvidas nas cognições, sejam elas perceptivas ou não, são cognitivas. Além do mais, existem textos que alegam que uma cognição consiste no assentimento de impressões cognitivas (*SE M* 7.151; 8.397). Portanto, se existem cognições não-perceptivas, deve haver impressões cognitivas não-perceptivas. Finalmente, as impressões cognitivas são consideradas como critério de verdade. Isso deve significar, além de qualquer outra coisa, que a verdade das impressões cognitivas é a garantia da verdade de quaisquer impressões que o sábio aceita como verdadeiras. Porém, se restringimos as impressões cognitivas a impressões perceptivas, é difícil ver como sua verdade seria suficiente como base para garantir a verdade de todas as impressões que o sábio aceitará como verdadeiras.

Começando pelo último ponto, temos que levar em consideração que os estoicos parecem pensar que todas as características dos objetos – isto é, dos corpos sensíveis – são perceptíveis.

Assim, eles pensam que podemos mesmo aprender a ver que algo ou alguém é belo, bom ou virtuoso (Plut. *Comm.not.* 1062c; *Stoic.rep.*1042e-f; Cic. *ND* II.145), do mesmo modo como temos que aprender a ver que uma coisa é um homem ou um cavalo (Cic. *Acad.* II.21). Se isto, à primeira vista, parece estranho, temos que nos lembrar que, de acordo com os estoicos, qualidades de objetos corporais como virtude são, elas também, corpos que formam uma mistura com os corpos de que são qualidades e, assim, não podem não afetar nossa percepção dos objetos, dado que nossa percepção, ao menos se for treinada, é extremamente capaz de discriminar; um corpo virtuoso deve parecer bem diferente de um corpo vicioso para um olho treinado. Assim, a percepção, como os estoicos a compreendem, fornece uma base muito mais ampla do que suporíamos. E vai ficar claro também, quando considerarmos a doutrina do critério, que os estoicos de fato pensam que todas as outras impressões podem ser aceitas como verdadeiras na medida em que sua verdade é garantida pela verdade de impressões perceptivas. Assim Cícero (*Acad.* II.21-22) aponta que, em algum momento de nosso desenvolvimento, chegamos a ter a cognição (não-perceptiva) de que, se algo é um ser humano, é um animal mortal racional. No entanto, quando ele explica por que isso só pode ser verdade, ele não diz que a impressão correspondente é cognitiva; ao invés disso, ele diz que ela não pode ser falsa porque ela é devida a impressões que não podem ser falsas, a saber, impressões cognitivas que são perceptivas.

Uma vez que nos damos conta de que todas as verdades disponíveis para nós são, supostamente, certificadas pela verdade de impressões perceptivas, parece bastante claro que nosso problema sobre o escopo das impressões cognitivas não é tanto um problema concernente à doutrina estoica, mas antes à terminologia. De fato, é um problema bastante similar, e materialmente relacionado, ao que temos sobre o escopo de “claro” ou “evidente” e que parece ser melhor solucionado através da distinção entre impressões autoevidentes e impressões cuja evidência depende da evidência de outras impressões. Similarmente, parece que os estoicos adotam a posição de que somente impressões perceptivas são cognitivas por direito próprio. Assim, outras impressões somente podem ser chamadas cognitivas na medida em que elas têm um conteúdo cognitivo que depende do conteúdo cognitivo de uma impressão cognitiva por direito próprio. Assim, podemos distinguir entre impressões autoevidentes, que são cognitivas num sentido restrito, e impressões evidentes, que são cognitivas num sentido lato. E, se fazemos isso, podemos dizer, como Sexto Empírico, que uma cognição consiste no assentimento a uma impressão cognitiva e podemos também dizer que qualquer cognição, seja perceptiva ou não, envolve uma impressão cognitiva, e ainda assim assumir que, estritamente falando, impressões cognitivas são perceptivas.

Impressões perceptivas, além de serem normais e assim verdadeiras, têm certos outros traços que são de interesse para nossos propósitos. No caso das impressões perceptivas, a impressão representa o objeto do modo como faz porque o objeto é deste modo – isto é, todos os traços

representacionais da impressão são devidos ao objeto e não a alguma condição anormal que teria conduzido a mente a produzir uma impressão diferente daquela que produziria normalmente. Assim, uma impressão perceptiva não representa de modo nenhum erradamente seu objeto. Todavia, ao considerar o propósito pelo qual fomos dotados de cognição, também é um fato óbvio que a natureza constituiu as coisas de um modo tal que, nas condições normais, não somente temos uma impressão que não representa erradamente as coisas, mas que as representa claramente, isto é, oferece uma resposta clara quanto aos tipos de objeto com que nos defrontamos. E, sob condições normais, de fato temos uma visão clara de um objeto com o qual nos confrontamos e podemos dizer sem dificuldade quais são suas características visuais. Chamemos uma tal impressão de “clara” ou “evidente”.

O termo “evidente” foi usado, abusado e mal compreendido de muitos modos. Para evitarmos uma má-compreensão da posição estoica, algumas observações são necessárias. O adjetivo “evidente” (*enargēs*) pode ser usado no grego ordinário para qualificar um termo “A” que refere a algo como sendo obviamente um A; assim um ladrão evidente é alguém que é de modo bastante óbvio um ladrão (Sófocles, *O.T.* 535). Todavia, mesmo no grego ordinário, o termo pode ser usado em casos em que as aparências são ilusórias; o boi evidente pode não ser um boi de modo algum, mas Zeus disfarçado (cf. Sófocles. *Tr.* 11). Pode-se também dizer que coisas parecem evidentemente ser de um certo modo. E, assim, é fácil para os filósofos passarem a falar sobre aparências evidentes ou impressões evidentes, ainda que, obviamente, não queiram sugerir com isso que alguma das nossas impressões sejam tais que seja evidente que sejam impressões. Este passo foi facilitado pelo fato de que, mesmo no grego ordinário, imagens oníricas podem ser ditas evidentes (Ésquilo, *Pers.* 179). Dado o uso ordinário do termo, a evidência sugere mas não garante a verdade. Assim, os platonistas (cf. *SE M* 7.143) e, é claro, os acadêmicos (cf. *Cic. Acad.* II.34) não tomam a evidência como um critério de verdade. Teofrasto, por outro lado, parece ter sido o primeiro filósofo a assumir que ela garante a verdade (cf. *SE M* 7.218) e nisso foi seguido pelos epicuristas e pelos estoicos. Visto que eles não podem se basear no uso ordinário para essa assunção, temos que procurar algum argumento que justifique este uso restrito do termo “evidente” ou para a assunção de que, mesmo segundo o uso ordinário do termo, ocorre que somente as impressões verdadeiras são evidentes. Os estoicos podem ter argumentado deste modo: podemos aprender a ver se algo é um boi ou um ladrão; e sob condições normais, se nada impede nossa visão de tais coisas claramente, nós de fato vemos se algo é um boi ou somente um boi disfarçado; assim algo não pode ser um boi evidente sem ser um boi real, pois ele somente pareceria ser um boi sem ser um boi se não tivéssemos aprendido a ver bois apropriadamente ou se nossa visão estivesse de algum modo impedida porque algumas das condições normais não está satisfeita; mas neste caso o boi não seria evidente. A evidência é um traço objetivo das impressões que não deve ser confundido

com um sentimento subjetivo de convicção ou certeza, não importa quão forte possa ser esse sentimento, assim como ter uma visão clara de algo é uma questão objetiva e não um sentimento subjetivo. Como sabemos que uma impressão é evidente é uma questão diferente, a qual voltaremos mais adiante; para isto, nosso “sentimento” pode ser relevante, mas parece, mesmo em circunstâncias ótimas, não ser nada mais do que um sintoma da evidência de uma impressão.

Para tornar mais claro qual é a noção de evidência que está em questão aqui, pode ser útil considerar a conexão entre verdade e evidência. Impressões são verdadeiras porque seu conteúdo proposicional é verdadeiro e não por causa do modo como este conteúdo proposicional é pensado, isto é, representado na impressão. O mesmo conteúdo proposicional, como vimos, pode ser pensado em muito tipos de modos diferentes e, nessa medida, temos diferentes tipos de impressões; mas essa diferença entre as impressões não é de nenhuma relevância para sua verdade, que é inteiramente dependente da verdade da proposição. A evidência, por outro lado, é primeiramente um aspecto da impressão que, este sim, depende do modo como a proposição representada é pensada. Assim, a mesma proposição de que isso é octogonal pode ser pensada por um pensamento evidente, quando eu vejo uma torre octogonal sob condições normais, e por um pensamento não-evidente, se eu simplesmente sei, a partir de um livro, que a torre é octogonal. Proposições podem ser chamadas de evidentes de forma somente derivada caso devam existir proposições que não possam ser pensadas se não por pensamentos evidentes. O que faz um pensamento ou uma impressão ser evidente é que já seja parte da representação do sujeito da proposição que o predicado deva ser verdadeiro, e que a representação do sujeito é inteiramente devida a ele próprio. Assim a evidência não é o que faz uma impressão ou uma proposição verdadeira, mas uma impressão evidente só pode ter uma proposição verdadeira como seu conteúdo e, portanto, ser ela mesma verdadeira.

Até aqui, pareceria que, para que a impressão que S é P fosse evidente, a representação de S teria já que representar S como P . Todavia, parece que, sob circunstâncias normais, quando temos uma visão clara do objeto, mais do que uma de suas características é representada claramente. E, de fato, Sexto (*M* 7.248, 250, 251) fala como se uma impressão cognitiva capturasse todas as características do objeto de um modo preciso. Cícero, por outro lado, explica que uma impressão cognitiva não seleciona todos os traços de um objeto, mas somente todos os que são apropriados para o seu tipo: traços visuais no caso da visão, traços audíveis no caso da audição, etc. (*Acad.* I.42). Visto que mesmo a alegação mais fraca é extraordinariamente forte, será mais seguro seguir Cícero. Neste caso, uma impressão cognitiva será evidente na medida em que envolve a representação de um objeto que representa claramente todas as características do objeto que são apropriadas para o tipo de impressão que é; e visto que ela representa todas as características do objeto em questão, ela representará também a característica particular que ela o representa como tendo, isto é, a característica atribuída a ele na proposição.

Impressões cognitivas não são apenas claras, em oposição a obscuras (*amudros*; cf. Alex. Afrodísia, *De anim.* 71.5 s.), elas também são distintas (*ektupos*; cf. DL 7.46), em oposição a confusas (*sugkechumenos*; cf. SE M 7.171). Para ver em que supostamente consiste a sua distinção, será útil referir-nos a uma doutrina que nunca é explicitamente atribuída aos estoicos, mas que encontramos na medicina dogmática helenística e da qual temos alguma razão para acreditar que é em parte de origem estoica. De acordo com essa doutrina, o poder discriminativo dos sentidos excede em muito o poder da mente de conceitualizar o objeto. Assim, se sob condições normais vemos um objeto claramente, suas características são representadas em uma impressão em um tal detalhe que nossos conceitos não os capturam completamente. Assim, ainda que uma impressão normal, como uma impressão racional, tenha um conteúdo proposicional, o modo como a representa o sujeito da proposição não pode ser exaurido por nenhum número de proposições (cf. Gal. *De loc.aff.* VII.86.12 ss, 87.4, 117.6, 339.13, 355; *De praesag. ex puls.* IX 366.10 K; *De sanit. tuenda*, CMG V 4.1, p.185, 16). Ora, os estoicos assumem que as próprias propriedades dos corpos são particulares (Cic. *Acad.* II. 56). Assim, elas são chamadas “*idiōmata*”, isto é, propriedades (SE M 7.248). E elas parecem ser particulares não no sentido que a sabedoria de Sócrates é antes de Sócrates do que de Platão, mas no sentido que elas são indivíduos qualitativamente diferentes. Afinal, na teoria dos estoicos, a sabedoria de Platão e a sabedoria de Sócrates são, de modo bem literal, dois corpos particulares que, pela lei da identidade dos indistinguíveis, à qual os estoicos aderem, deveriam ser internamente distintos e não ser diferentes somente nas suas propriedades relacionais. Uma propriedade, dada sua conexão íntima e interdependência com o corpo inteiro do qual é propriedade, não pode senão tomar uma certa forma que reflita a idiosincrasia do objeto e assim ser peculiar a ele. Além do mais, tanto Sexto quanto Cícero enfatizam a precisão artística com que os traços do objeto são representados numa impressão cognitiva até seus detalhes (SE M 7.248, 250-51; cf. “*subtiliter impressa*”, in Cic. *Acad.* II.34). Assim, uma impressão cognitiva de um objeto envolverá uma representação deste objeto que é tão articulada que o único objeto que será adequado a ela é o próprio objeto que é a origem da representação (cf. SE M 7.252). Este traço das impressões cognitivas, a saber, que elas representam seus objetos em tal detalhe que somente a eles a representação é adequada, é sua distinção. Visto que os estoicos assumem que representações claras vão representar todos os fatos relevantes de um objeto, as impressões cognitivas serão altamente distintas.

Ora, impressões normais em geral e impressões perceptivas em particular têm sido caracterizadas de um modo tal que sua normalidade ou perceptibilidade é um traço relacional destas impressões, um traço que estas impressões não têm por si mesmas, mas somente em virtude do fato que elas estão em uma certa relação com o mundo. Assim, pareceria que para determinar se uma

impressão é cognitiva ou perceptiva não vai ser suficiente simplesmente considerar a impressão ela mesma, que também vamos ter que considerar sua relação com o mundo.

Todavia, os estoicos também parecem assumir que as impressões cognitivas por si mesmas diferenciam-se de quaisquer outras impressões, que há alguma característica interna que serve para demarcá-las dos outros tipos de impressões e que permite à mente discriminar entre as impressões cognitivas e as não-cognitivas sem ter que considerar sua relação com o mundo (Cic. *Acad.* I.41). As impressões cognitivas são tidas como diferentes das impressões não cognitivas do mesmo modo em que serpentes cornudas diferenciam-se de todos os outros tipos de serpentes, isto é, por alguma marca diferenciadora interna (SE *M* 7.252). A razão pela qual os estoicos postulam uma tal marca é fácil de ver. Tudo o que passa pela mente são seus pensamentos ou impressões. Se não houver um conjunto privilegiado de impressões em cuja verdade podemos confiar, seremos reduzidos a considerações sobre plausibilidade e coerência, a inferências pela melhor explicação disponível para nossas impressões, para decidir quais delas aceitar como verdadeiras e quais rejeitar como falsas ou a suspender o juízo. Todavia, mesmo na melhor das circunstâncias, tais considerações não poderiam deixar de ocasionalmente produzir conclusões erradas, e não há nada que nos proteja da possibilidade de que elas gerem conclusões tão erradas que provoquem uma perturbação radical em nossas vidas. Ora, os estoicos querem defender que somos inteiramente responsáveis por nossas vidas e que, por essa razão, a natureza nos colocou em uma posição capaz de evitar quaisquer crenças falsas. E o único modo de fazer isso, ao que parece, é nos prover de impressões que não podem senão serem verdadeiras e que podemos discriminar.

A maioria de nós não estará de modo algum inclinado a acreditar que exista uma tal diferença qualitativa entre nossas impressões. Todavia, deve-se ter em mente que sua postulação adapta-se sem nenhuma dificuldade à física estoica. Dado que, de acordo com a física dos estoicos, todos os estados do mundo e todas as partes de um estado do mundo são estreitamente interdependentes, quaisquer variações nas condições sob as quais uma impressão surge devem afetar a própria impressão. Assim, a admissão de que impressões normais têm um caráter distintivo parece não ser *ad hoc*, mas ser requerida pela física estoica de qualquer modo. Mesmo que isso não fosse assim, não seria um grande problema para uma natureza onisciente assegurar que somente impressões que tivessem uma história normal teriam um certo caráter distintivo que seria o efeito do tipo de história que têm. Além do mais, temos que levar em consideração que é parte da posição estoica que somos tão corrompidos que tendemos a dar assentimento e a agir tanto a partir de impressões cognitivas quanto de não-cognitivas, de modo bastante indiscriminado. Assim, nossa consciência da sua diferença não é apenas seriamente subdesenvolvida, mas também bastante distorcida. E, de todo modo, não se segue do fato de que temos tais dificuldades em dizer se uma impressão é ou não cognitiva que não haja uma diferença clara entre elas. Finalmente, deve-se ter

em mente que já Platão e Aristóteles tinham feito alegações bastante fortes quanto ao poder do conhecimento que eles atribuíam ao sábio; o homem de sabedoria prática está sempre correto em questões práticas. Os estoicos referem-se explicitamente a esta doutrina aristotélica (*Pap.Herc.* 1020, col.1 n., *SVF* II, p.41.25), e eles simplesmente parecem tentar fornecer uma teoria que pudesse explicar como o sábio poderia conseguir invariavelmente apreender as coisas corretamente. Se se abrir mão da concepção de sábio, não se terá, é claro, a motivação que os estoicos tinham para basear uma tão forte assunção. Todavia, esta concepção de sabedoria estava muito firmemente incorporada para ser abandonada levemente em face de dificuldades epistemológicas.

Definições estoicas de impressões cognitivas

Com base no que foi dito, deveria ser relativamente fácil compreender a força das definições estoicas de impressões cognitivas. Estas vêm em basicamente duas versões. Numa versão mais curta, que encontramos em DL 7.46 e SE *M* 9.183, as impressões cognitivas são definidas por duas cláusulas, enquanto na outra versão, mais comum, uma cláusula ulterior é acrescentada às duas da versão menor. Pode haver alguma verdade na alegação de Cícero (*Acad.* II.77) de que a versão menor é aquela que Zenão originalmente deu, antes que ele prosseguisse acrescentando a terceira cláusula para evitar uma objeção acadêmica, especialmente visto que essa nota recebe algum apoio da observação de Sexto (*M* 7.252) de que os estoicos somente acrescentaram a terceira cláusula para bloquear uma objeção acadêmica baseada numa premissa que os estoicos não compartilhavam.

Vamos primeiramente, então, considerar a definição em sua versão mais curta. Para seguir a formulação em DL 7.46, uma impressão é precisamente cognitiva se (i) ela provém daquilo que é (*apo huparchontos*) e (ii) é imprimida e impressa em exato acordo com aquilo que é. Ainda que isto não seja de modo algum óbvio a partir da formulação da segunda cláusula por ela mesma, o comentário de Sexto sobre ela em *M* 7 250-251 mostra que isso é admitido como equivalente ao requerimento de que a impressão seja clara e distinta. Esta interpretação é confirmada pela caracterização de impressões não cognitivas que em DL segue imediatamente à definição de impressão cognitiva. De acordo com essa definição, uma impressão é não-cognitiva se “ela ou não é a partir do que é ou, ainda que seja a partir do que é, não está em acordo exato com o que é; uma tal que não é clara nem distinta”. Aqui a expressão “uma tal que não é clara nem distinta” parece ser uma glosa de “não está em acordo exato com o que é”, isto é, a contrapartida negativa da segunda cláusula na definição das impressões cognitivas. E, se isto está correto, a segunda cláusula da definição de uma impressão cognitiva deveria equivaler ao requerimento de que as impressões cognitivas fossem claras e distintas.

É tentador pensar que a primeira cláusula equivalha ao requerimento de que a impressão cognitiva tenha sua origem num objeto real em lugar de alguma perturbação ou afecção da mente, que o objeto cuja impressão apresenta-se ela mesma como sua impressão seja um objeto real antes que uma mera ficção da mente. E isto parece ser o modo como Sexto interpreta a cláusula, como se pode ver dos seus comentários à primeira parte da segunda cláusula, em *M* 7.249. Ainda assim, a interpretação da primeira cláusula tem sido objeto de considerável controvérsia, que gira sobretudo em torno da força do termo “o que é” (*huparchon*). Foi apontado que Cícero neste contexto traduz inúmeras vezes “*huparchon*” por “o que é verdadeiro”, isto é, compreende “o que é” no sentido de “o que é o caso” (cf. *Acad.* II.42, 112) e que os estoicos usam “*to huparchon*” para uma proposição verdadeira. Contra isso, deve-se lembrar que existe um grande número de exemplos nos quais Sexto fala de impressões que têm sua origem em alguma coisa ou noutra, e que nos seus exemplos o alguma coisa ou outra em questão nunca é uma proposição, mas sempre é um objeto real ou ficcional.

Ainda assim, há alguma razão para pensar que a tradução de Cícero não é errônea ou devida a uma má compreensão, e sim que ela repousa na correta admissão de que a primeira cláusula não pretendia equivaler ao requerimento de que a impressão tivesse sua origem num objeto real, mas num requerimento mais forte, de que ela fosse também verdadeira. Que esta assunção pode estar correta é sugerido por *M* 7.402 s. Ali, Sexto, seguindo Carneades, argumenta que existem impressões originadas no que não é mas que se apresentam como impressões originadas naquilo que é tanto quanto as pretensas impressões cognitivas o fazem. E, como exemplo de tais impressões, Sexto acrescenta o caso de Hércules que, na sua loucura, tomou suas próprias crianças por filhos de Euristeu. É aqui explicitamente dito que Hércules tem uma impressão cuja origem são suas próprias crianças, que estão à sua frente, isto é, em um objeto real externo. E, ainda assim, esta impressão também é tida como um exemplo de impressão do que tem origem no que não é. A razão para isto deve ser o fato que a impressão é falsa na medida em que representa os filhos de Hércules como os filhos de Euristeu. Em que sentido esta impressão poderia ser tida como originada no que não é? A resposta parece ser que a impressão não tem como um todo sua origem no que é; parte dela – a saber, a parte que representa os filhos de Hércules como filhos de Euristeu – é produzida pela mente e não pelo objeto. Vimos antes que é característica da impressão perceptiva que todos os traços representativos sejam produzidos pelo objeto. Neste sentido, somente as impressões verdadeiras e, mais particularmente, as impressões que são verdadeiras não acidentalmente, têm sua origem no que é. Se interpretarmos a primeira cláusula desse modo, não apenas não temos que aceitar que Cícero compreendeu mal a definição dos estoicos, mas também será fácil explicar por que a terceira cláusula da versão mais longa da definição – que diz “é tal que não poderia ter vindo a ser do que não é” – é tradicionalmente interpretada como significando que uma impressa

cognitiva tenha que ser tal que não poderia ser falsa (cf. SE *M* 7.152, 252; Cic. *Acad.* II.42, 112). Todavia, mesmo uma impressão confusa e obscura pode ser inteiramente verdadeira, e verdadeira não por acidente, mas porque todos os seus traços representacionais são devidos ao objeto que a produz. Assim, para diferenciar impressões cognitivas, a segunda cláusula é acrescentada. Isso basta quanto à versão mais curta da definição estoica das impressões cognitivas.

Ainda assim, os estoicos definem regularmente as impressões cognitivas acrescentando uma terceira cláusula. Uma impressão cognitiva é tida como a que satisfaz o requerimento ulterior de que seja “tal que uma impressão desse caráter não poderia provir de algo que não é” (SE *M* 7.248, 252; DL 7.50). Isso, como notamos, é tomado como implicando que uma impressão desse caráter não pode ser falsa (SE *M* 7.152, 252). Dada esta leitura forte de “tem sua origem no que é”, é fácil ver como a cláusula teria essa implicação. A questão principal concernente à terceira cláusula é a identidade do caráter aí referido. É ela uma característica ulterior das impressões cognitivas que é postulada, mas não especificada na definição, ou é a propriedade de satisfazer as duas primeiras condições, ou é talvez simplesmente a propriedade de ser clara e distinta? A expressão “desse caráter” (*hoia*) é ambígua neste respeito.

Dado o que dissemos anteriormente sobre impressões cognitivas, parece mais plausível tomar isso como fazendo referência ao traço distintivo inerente que se admite que as impressões cognitivas têm. E isto parece ser confirmado pelas observações de Sexto (*M* 7.252) e em Cícero (*Acad.* II 77) que sugerem que os estoicos pensavam que qualquer impressão que satisfizesse as primeiras duas condições iria, de fato, satisfazer também a terceira, mas que eles acrescentaram a terceira porque esta implicação era negada pelos acadêmicos, ainda que ambos concordassem que impressões cognitivas, para desempenhar o papel atribuído a elas pelos estoicos, teriam que satisfazer a terceira condição também. E esta disputa sobre a terceira cláusula acaba sendo uma disputa sobre se as impressões cognitivas têm uma característica interna diferenciadora (cf. SE *M* 7.252). Assim, pareceria que a terceira cláusula refere a esse fator distintivo das impressões cognitivas, que é postulado, mas não especificado.

O critério

Para ter uma noção mais clara dessa característica e do papel que ela supostamente desempenha na cognição, será útil considerar brevemente de que modo as impressões cognitivas são tidas como constituindo um critério ou cânone da verdade. Já vimos que elas não são um critério de verdade no sentido de que elas nos colocam em posição para determinar a verdade de toda e qualquer proposição. Existem muitas proposições que não podem ser certificadas por elas. Nem são elas o critério de verdade no sentido de que, sempre que a verdade de uma proposição

esteja em questão, nós ao menos consideramos a impressão correspondente e tentamos determinar por introspecção se ela tem o traço distintivo de uma impressão cognitiva. Existem várias razões pelas quais essa dificilmente pode ser a visão dos estoicos sobre o assunto.

Primeiramente, as impressões cognitivas vão garantir diretamente apenas a verdade de seu próprio conteúdo proposicional. E se é verdadeiro que as impressões cognitivas sejam perceptivas, as únicas proposições cuja verdade elas podem garantir diretamente são proposições que atribuem uma característica perceptiva a um objeto particular. Se elas, ainda assim, são chamadas de o critério de verdade, é porque, de um modo indireto, elas também garantem a verdade de todas as outras proposições que são sabidas serem verdadeiras pelos seres humanos. Elas dão origem a ideias gerais, as assim chamadas noções comuns, que a mente forma naturalmente na base de impressões cognitivas e que, por seu turno, nos permitem formar outras impressões cognitivas. E, visto que as impressões cognitivas de fato representam as coisas como elas são, as noções comuns baseadas nelas vão representar as coisas como elas são. Assim, se a noção comum de um homem representa um homem como um animal bípede racional, a proposição que o homem é um animal bípede racional será certificada não pela impressão que o homem é um animal bípede racional, que é cognitiva por direito próprio, mas pela noção comum, e esta, por seu turno, será certificada pelas impressões cognitivas que deram origem a ela e às quais ela dá origem, e essas serão cognitivas por direito próprio (Cic. *Acad.* II.22). E a verdade de proposições certificadas por noções comuns, por seu turno, vai garantir a verdade de outras proposições derivadas por inferência dedutiva das primeiras proposições. É por esta razão que Crisipo algumas vezes pode dizer que percepções e noções comuns constituem o critério de verdade (DL 7.54). Impressões cognitivas, assim, são o critério de verdade no sentido que sua verdade garante a verdade do que quer que possa ser conhecido pelos seres humanos. É somente através delas que podemos ter qualquer conhecimento do que é e do que não é verdadeiro.

Em segundo lugar, temos que lembrar que não há uma coisa tal como a impressão que corresponde a uma dada proposição e, portanto, quando a verdade de uma proposição está em questão, podemos ter de examinar diversas de impressões que têm a proposição em questão como seu conteúdo proposicional até que topemos com uma impressão cognitiva. Assim, podemos não estar certos da cor de um objeto à distância. À medida que nos aproximamos, temos uma série de impressões diferentes que podem todas ser impressões que o objeto é azul. Similarmente, no caso de um problema teórico, nossa impressão da proposição em questão vai mudar na medida em que consideramos a questão. A impressão que temos quando temos uma prova para uma proposição é bastante diferente da impressão que temos no princípio. Assim, impressões cognitivas não podem ser o critério no sentido que simplesmente temos que olhar para nossas impressões para determinar

se a proposição é verdadeira. É, antes, ao considerar a proposição que podemos obter uma impressão cada vez mais clara.

É mais importante ainda, entretanto, evitar de pensarmos nas impressões estoicas como figuras ou imagens do mundo que podem ser olhadas por introspecção, com o olho da mente, por assim dizer, para ver se elas têm o traço que garante sua verdade. O que vemos e apreendemos, de acordo com os estoicos, são objetos no mundo, e não figuras ou imagens deles, ainda que apreender objetos de fato envolva ter consciência de suas representações na mente, assim como envolve uma consciência da própria mente. Afinal, temos que levar em consideração que, para os estoicos, as impressões são estados mentais que são identificados como estados físicos altamente complexos, tal como podemos ver pelo fato que originalmente elas foram concebidas de forma bem literal como marcas¹. Quando Crisipo objetou a isto, foi porque ele pensou que elas eram muito mais complexas do que o termo “marcas” sugeria; ao chamá-las, em vez disso, de “alterações” ou “modificações” (cf. *SE M* 7.229-230; 8.400; *PH* II.70; *DL* 7.50) da mente, ele deliberadamente, ao que parece, deixou em aberto a questão sobre aquilo em que consistiria precisamente sua natureza. Não há nenhuma sugestão de que os pudéssemos observar descobrindo como elas eram exatamente. É verdade, claro, que os estoicos pensam que as impressões revelam-se a si próprias junto com o objeto de que são impressões (*Aécio, Plac.* IV 12.2). Todavia, isso significa apenas que podemos dizer quais nossas impressões são; afinal, elas são nossos pensamentos. Mas não conhecemos nossos pensamentos por introspecção, nem há nenhuma razão para acreditar que os estoicos pensassem isso. Além disso, se os estoicos pensavam que poderíamos ver por introspecção se uma impressão tem ou não o caráter distintivo de uma impressão cognitiva, esperaríamos que nos dissessem, ao menos em alguma ocasião, que o critério da verdade é essa característica. Entretanto, eles nunca dizem nada do gênero. Também, se eles tivessem tomado essa posição, eles teriam aberto o flanco para a objeção de um regresso ao infinito. De modo bastante geral, o critério somente preencherá seu papel se não requerer o juízo de que uma impressão é de um certo tipo. Pois isto sempre irá levantar a questão de como este juízo deve ser certificado.

Quero sugerir que a doutrina estoica escapa a esta dificuldade porque assume que a característica distintiva das impressões cognitivas é uma característica causal das impressões tal que as impressões cognitivas desempenham seu papel de critério, não através da nossa consciência dessa característica distintiva, mas através dos efeitos causais que elas têm sobre nossas mentes em virtude dessa característica. A palavra “discriminar” é ambígua. É usada em casos nos quais se reconhece que coisas são de tipos diferentes e, em virtude desse reconhecimento da diferença, são tratadas de forma diferente. Mas existem também casos em que alguém reage diferentemente a coisas de um tipo diferente, mas não em virtude do reconhecimento de sua diferença, e talvez

¹ NT: no original “imprints”.

mesmo sem saber que existe um tal tipo de coisa a que ele sistematicamente reage de uma maneira distintiva. Há aqui uma conexão causal entre uma característica do objeto e o comportamento da pessoa, mas o reconhecimento dessa característica por parte da pessoa não é uma parte essencial da cadeia causal e, ainda assim, pode-se dizer que tal pessoa a discrimina ou discerne. Muitas formas de discriminação no sentido pejorativo são deste tipo. A sugestão, assim, é que a característica distintiva das impressões cognitivas é um fator causal na medida em que ela faz a mente reagir de um modo distintivo e que é neste sentido que a mente pode discriminar impressões cognitivas e não-cognitivas. Ela também pode ser ensinada a dizer se uma impressão é cognitiva ou não, mas esta é uma habilidade diferente, que não está em questão neste ponto de nosso argumento.

Qual razão temos para acreditar que esta seja a posição estoica? Os estoicos assumem que as impressões cognitivas originam noções comuns. Noções comuns têm seu estatuto privilegiado exatamente porque a mente as forma naturalmente, com base em impressões cognitivas. Ninguém, assim ao menos pensam os estoicos, pode deixar de ter a noção de uma árvore, de um ser humano, de cor verde, se cresce normalmente em um ambiente normal. A formação de noções comuns não é algo em que nos envolvemos deliberadamente, de acordo com certas regras e preceitos; se o fizéssemos, poderíamos incorrer em erros e acabar ficando com as noções erradas. Os estoicos claramente partem do princípio de que a mente distingue as impressões cognitivas para formar conceitos com base neles sem de modo algum estarmos conscientes disso; nós simplesmente nos descobrimos possuidores de conceitos que não tínhamos no início. Assim, os estoicos também devem admitir que a mente pode discriminar impressões cognitivas sem estar ciente disso.

Também temos que encontrar alguma explicação para o fato de que a mente dá assentimento a algumas impressões, mas não a outras. Uma vez que tendo a mente adquirido todo tipo de crenças, é fácil ver como ela aceitaria ou rejeitaria impressões ante o pano de fundo das crenças que já tem. Mas no começo, ao que parece, a mente não tem mais razão para aceitar do que para não aceitar uma dada impressão. Este problema seria solucionado se assumimos que as impressões cognitivas causam a sua aceitação pela mente. E existe alguma evidência, embora não seja de modo algum decisiva, que esta seja de fato a posição dos estoicos (cf. *SE M* 7.405, 407; *Cic. Acad.* II.38; *Plut. Adv. Colot.* 1121E, 1122C). Isso é perfeitamente compatível com a outra alegação estoica de que somos responsáveis por nossos atos de assentimento, pois não é explicitamente parte da doutrina estoica da responsabilidade que nós sejamos responsáveis apenas pelas coisas que poderíamos ter feito de outro modo. Mas claramente não pode ser a concepção estoica a de que nós adquirimos nossas primeiras crenças pela inspeção de nossas impressões e por causalmente conduzidos a assentir àquelas que detectamos ter a marca distintiva das impressões cognitivas. Deve antes ser o caso que os estoicos assumem que a mente faz isto sem que estejamos conscientes disto.

Além do mais, os estoicos indicam (SE M 7.258; Cic. *Acad.* II.19) que, se não temos uma impressão clara, nós damos os passos adequados para obter uma impressão evidente, no caso em que o objeto é de alguma importância para nós; isto é, não termos uma impressão clara nos faz naturalmente considerar a questão ulteriormente até que tenhamos uma impressão clara. A sugestão não parece ser a de que reconhecemos que nossa impressão é confusa e obscura e então decidimos obter uma mais clara, mas, antes, a de que existe um mecanismo causal que nos põe em marcha e nos faria naturalmente parar uma vez que tivéssemos uma impressão clara. Por estas razões, então, parece que a marca diferenciadora das impressões cognitivas é antes uma característica causal do que um caráter fenomenológico a ser detectado por introspecção.

Mas isso não é dizer que não podemos estar cientes do fato de que uma impressão seja cognitiva ou não-cognitiva, que não podemos aprender a dizer se uma impressão é clara e distinta ou se é confusa e obscura. De fato, a opinião estoica parece ser a de que essa é uma questão de prática e que, em princípio, alguém pode se tornar tão bom nisso que nunca irá tomar uma impressão não-cognitiva por cognitiva. Todavia, aprender isso não é adquirir um misterioso sexto sentido que, diversamente dos outros sentidos, não está sujeito à possibilidade de condições anormais e assim infalivelmente nos informa de uma característica igualmente misteriosa das impressões cognitivas. Juízos acerca da evidência de uma impressão são notoriamente tão falíveis quanto quaisquer outros juízos e não há razão para sobrecarregar os estoicos com a suposição que assim não seja. No entanto, podemos nos tornar cada vez melhores em ver como as variações nas condições sob as quais nossas impressões surgem, especialmente variações em nosso estado mental e crenças que temos, afetam nossas impressões.

Cognição, conhecimento e o sábio

Enquanto seus predecessores somente distinguiram entre conhecimento e mera opinião, os estoicos distinguiram entre conhecimento, cognição, e mera crença (SE M 7.151 ss). A cognição consiste no assentimento a, ou na aceitação do tipo apropriado de impressão, isto é, uma impressão que seja ao menos cognitiva no sentido mais amplo. Uma mera opinião, por outro lado, mesmo se é verdadeira, pode ou não envolver o tipo apropriado de impressão; se ela envolve, é também uma cognição. O conhecimento difere de cognição na medida em que envolve não somente o tipo apropriado de impressão mas também o tipo apropriado de assentimento – a saber, o tipo de assentimento firme de que não se pode ser persuadido a recuar por nenhum argumento em contrário. Isto presumivelmente é uma razão pela qual nós temos que tentar evitar toda e qualquer crença falsa, pois se aceitarmos uma premissa falsa podemos ser levados por uma cadeia de raciocínios a aceitar a contraditória do que já acreditáramos ser verdadeiro, mesmo se tivermos

aceito isso com base em uma impressão cognitiva. E, na medida em que se é suscetível a isto, o assentimento não será firme. Por um lado, uma vez que se tenha aprendido a aceitar impressões verdadeiras somente, nenhuma dose de habilidade dialética será capaz de fazer com alguém retire seu assentimento a impressões que são cognitivas no sentido amplo; e então o assentimento será firme e estável, ou certo; neste sentido de “certo”, ter-se-á conhecimento certo.

Todos os casos de cognição são casos de conhecimento ou de opinião. Pois, ainda que todos envolvam o tipo apropriado de impressão, eles serão, ou bem uma questão de opinião, ou bem de conhecimento, dependendo de envolverem ou não o tipo apropriado de assentimento. Ainda assim, há uma razão para a distinção. Ela enfatiza o fato que as condições de conhecimento são tão fortes que somente o sábio terá conhecimento (SE *M* 7.152, 432). De fato, sua sabedoria consistirá neste tipo de conhecimento. A pessoa ordinária não terá nada senão meras crenças, pois ela não é ainda capaz de evitar alguma crença falsa e, assim, seu assentimento ainda não é firme. Todavia, é importante que muitas de suas crenças sejam ao menos cognitivas, pois elas lhe darão uma base para adquirir o conhecimento que constitui a sabedoria.

Esta visão tem uma consequência que parece ter sido pouco observada, mas que é altamente relevante para nosso tópico. Pois os estoicos assumem também que não existe nenhum sábio ou, ao menos, que nem mesmo os membros de sua própria escola atingiram o bem-aventurado estado de sabedoria (SE *M* 7.432-433). Segue-se de imediato que não há nenhum conhecimento ou, ao menos, que os estoicos não têm nenhum conhecimento. Uma vez que percebamos isso, inúmeros textos estoicos com um forte sabor cético vêm à mente. Assim Sêneca (*De ben.* IV 33.2) diz: “Nós nunca esperamos uma cognição completamente certa das coisas, visto que a exploração da verdade é extremamente difícil; nós seguimos aonde a probabilidade nos guia”. A alegação estoica não é a de que eles atingiram o conhecimento que Sócrates tentava encontrar, mas, antes, a de que o conhecimento que Sócrates buscava é alcançável pelos seres humanos.

O ataque cético

Deve ficar claro, então, que o ceticismo não surgiu como uma reação a alegações de conhecimento excessivamente confiantes da parte dos estoicos. Os estoicos não estavam dispostos a fazer tais alegações. Mas eles alegaram ter obtido alguma competência, e com base na autoridade dessa competência tentaram propor visões quanto à natureza e ao conteúdo material do conhecimento que Sócrates tinha procurado em vão. Daí decorre o papel central da noção de um dogma e as acusações de dogmatismo nos ataques cétricos ao estoicismo. Além do mais, a visão que os estoicos de fato adotaram acabou por se mostrar extremamente revisionista e literalmente paradoxal. Assim, teria facilmente ocorrido a alguém submeter as alegações dos estoicos ao tipo de

dialética, precisamente, que Sócrates tinha usado para testar e expor como infundadas as alegações de competência. E isto é precisamente o que os cétricos fizeram.

Ora, há certos traços cruciais da dialética socrática que vale a pena lembrar se queremos compreender a posição cétrica. O método socrático permite que se teste a perícia de alguém sem ser você mesmo um perito neste assunto – de fato, sem se comprometer com qualquer posição sobre o assunto ou mesmo sem ter uma. Tudo que se tem que fazer é mostrar que a pessoa que alega tal perícia ou faz afirmações com ar de autoridade envolve-se em contradições sobre o próprio assunto em que alega essa competência, ou que ela é incapaz de descartar uma tese que é a contraditória da tese que ele propôs com ar de competência. Pois se ele fosse um perito, ele deveria ser capaz de defender sua posição contra as teses contrárias e certamente não deveria se envolver em contradições. Assim, com tais argumentos dialéticos não se pretende estabelecer a verdade ou falsidade de alguma tese. Tudo o que eles pretendem é mostrar que o oponente não tem autoridade no assunto em questão.

É importante ter isto em mente, porque de outro modo pode-se ser levado erroneamente a pensar que os cétricos eles próprios aceitavam algumas das premissas ou das conclusões dos seus argumentos. Assim, alguém poderia pensar que o cétrico da Academia antiga se ajusta à noção moderna predominante do que seja o cétrico, acreditando que tudo o que nos é dado são impressões e tentando-nos convencer que, assim sendo, não há nenhum modo pelo qual possamos chegar a obter conhecimento certo de como seja realmente o mundo que dá origem a essas impressões. O cétrico pode argumentar desse modo, mas se ele o faz, trata-se apenas de outro argumento *ad hominem* contra aqueles que acreditam que tudo o que nos é dado imediatamente são nossas impressões. Não há nenhuma razão por que o próprio cétrico devêsse se sentir comprometido com esta premissa bastante dogmática, especulativa, anticética, nem com o dualismo entre o mental e o físico e o sujeito e o objeto que tendem a acompanhá-la. Assim, não é surpreendente que em outros contextos o cétrico esteja bastante disposto a colocar em questão o dogma da impressão como um dado (Gal. *De diff.puls.* 7.710, 18 ss.K; *De praenot.* XIV 628, 14ss). Ele está prontamente disposto a dizer que algumas coisas parecem evidentemente ser o caso, como nós ordinariamente fazemos, mas ele não pensa que isto o compromete com a visão que existam entidades tais como impressões, assentimentos e evidência. Nem estão os cétricos comprometidos com as conclusões de seus argumentos – p. ex., com a conclusão de que não há conhecimento ou de que nada pode ser conhecido, ou de que o sábio irá suspender o juízo em todas as questões. Ele não está nem mesmo comprometido com a visão de que as conclusões de seus argumentos se seguem de suas premissas. Pois, como ele vai enfatizar, ele não subscreve os cânones da lógica desenvolvida pelos seus oponentes (Cic. *Acad.* II.91 ss). Ele está somente preparado, para fins de argumentação, a satisfazer

quaisquer padrões de lógica que sejam satisfeitos ou requeridos pelos seus oponentes, pois, de outro modo, seus argumentos não terão o efeito desejado sobre eles.

Qual é o efeito visado de tais argumentos? Relatando sua experiência, o cético poderia dizer que eles tendem a deixar a produzir a impressão que os estoicos não argumentaram de forma bem-sucedida em favor de sua posição concernente à natureza e a disponibilidade do conhecimento. Eles também podem tender a deixar alguém com a impressão que é duvidoso que uma tal defesa possa ser feita. De modo mais geral, parecerá duvidoso que a prova de qualquer concepção revisionista de conhecimento possa ser feita; nós poderíamos simplesmente ter de aceitar que tudo o que está disponível para nós é o tipo de conhecimento cotidiano que as pessoas comuns possuem. De modo ainda mais geral, pode parecer duvidoso que se possa provar qualquer posição. Por outro lado, pode não ser desejável, do ponto de vista do cético que alguém fique com a impressão que as posições atacadas por ele são falsas ou que, mesmo que elas sejam verdadeiras, não há nenhum modo de estabelecê-las definitivamente como verdadeiras. Isto levaria a um pseudoceticismo dogmático, bastante estranho ao verdadeiro ceticismo acadêmico ou pirrônico.

Dado o lugar central da doutrina das impressões cognitivas na epistemologia estoica, não é surpreendente que os céticos concentrassem seus ataques nela. E aqui o ponto principal em questão era saber se as impressões cognitivas diferiam qualitativamente de todas as outras impressões. Isto, como vimos, era uma suposição tão central à posição estoica que já Zenão a acrescentara à sua definição de impressões cognitivas. Os céticos estavam inteiramente dispostos, ao menos para fins de argumento, a aceitar a primeira parte da definição e a conceder que podem haver impressões que tenham sua origem no que é, e que representem seu objeto fielmente e claramente (SE *M* 7.402). Todavia, eles questionaram a suposição adicional de que uma tal impressão, simplesmente devido a suas características internas, pudesse não ter nenhuma outra origem se não no objeto que ela fielmente representava, que não poderia haver uma impressão exatamente como essa que fosse, ainda assim, falsa. Já Arcesilau atacava essa suposição ulterior (Cic. *Acad.* II.77; SE *M* 7.154), Carneades seguiu a mesma linha de ataque (SE *M* 7.164, *M.* 7.154), e este deveria permanecer como ponto principal de disputa ao longo do debate (Cic. *Acad.* II.33, 78; SE *M* 7.252).

Nós temos somente uma ideia muito geral da forma que esse debate teve, visto que seus detalhes não foram estudados com o cuidado que merecem. Aparentemente, os céticos adotaram a estratégia de argumentar pela tese mais geral de que, para qualquer impressão verdadeira, poderia haver outra impressão exatamente como ela que é falsa (Cic. *Acad.* II.40, 41, 42; 44, 84, 90; SE *M* 7.154, 164, 252, 402, 415, 428), ou, ao menos, uma que se diferenciasse tão pouco da verdadeira que não se poderia distinguir entre ambas e que, ainda assim, fosse falsa (Cic. *Acad.* II. 40, 85). Mais particularmente, eles parecem ter sustentado isso relativamente aos vários tipos de impressões verdadeiras, tipo por tipo (Cic. *Acad.* II, 42). No caso das impressões cognitivas eles o fizeram em

ao menos dois modos. Inicialmente, eles tentaram mostrar que existem impressões que, no que se refere aos seus traços representacionais, não diferem em nenhum modo, ou ao menos de nenhum modo discriminável, de impressões cognitivas, ainda que elas mesmas não sejam verdadeiras. Mas, em seguida, eles também procuraram mostrar que existem impressões que têm todas as supostas características de impressões cognitivas – que, por exemplo, são vívidas e impressionantes – ou que, ao menos, não poderiam ser distinguidas de uma impressão cognitiva pela pessoa que tem a impressão no momento em que as tem, e que é ainda assim falsa.

Voltemo-nos, em primeiro lugar, às impressões que se supõem serem exatamente similares ou, ao menos, indistinguíveis das impressões cognitivas no modo como representam seus objetos (cf. Cic. *Acad.* II 84 ss; SE *M* 7.408 ss). Suponha que Sócrates esteja plenamente visível diante de alguém; neste caso, esta pessoa pode ter a impressão cognitiva que ele é pálido ou que ele é um homem ou mesmo que ele é Sócrates, se souber apreender sua socraticidade e tiver uma ideia correspondente de Sócrates. Agora, suponha também que Sócrates tem um irmão gêmeo, do qual não sabemos nada, mas que é exatamente como Sócrates, ou que, ao menos, se parece exatamente com Sócrates. Neste caso, como o cético corretamente alega, a impressão que alguém teria do irmão gêmeo de Sócrates em condições idênticas seria exatamente semelhante à impressão cognitiva que se tem de Sócrates. A partir daí, ele prossegue argumentando que não é o caso, como os estoicos alegam, de que uma impressão que tenha todas as características de uma impressão cognitiva somente possa ter sua origem no objeto que origina a impressão cognitiva e que não poderia haver outra impressão exatamente como ela que não tivesse sua origem neste objeto. Além do mais, suponha (i) que nós primeiro víssemos Sócrates e tivéssemos a impressão cognitiva que ele é Sócrates e (ii) que então Sócrates desaparecesse e seu irmão gêmeo tomasse seu lugar. Nós teríamos uma impressão exatamente como nossa primeira impressão e, com base nela, julgaríamos novamente que ele é Sócrates. Todavia esta impressão e seu juízo correspondente seriam falsos.

A resposta estoica para isso repousa na admissão de que não há dois objetos que sejam exatamente iguais (Cic. *Acad.* II.85). Assim Sócrates e seu irmão gêmeo diferirão um do outro ao menos minimamente. Portanto, uma impressão cognitiva de Sócrates, sendo por definição distinta, não poderia ser exatamente idêntica à impressão que teve sua origem no seu irmão gêmeo. Se a primeira impressão recebida de Sócrates fosse exatamente como a que foi recebida de seu irmão gêmeo, ambas as impressões seriam confusas e assim não-cognitivas. Mas as impressões que recebemos de Sócrates e de seu irmão gêmeo não precisam ser indistinguíveis e portanto confusas, pois os estoicos assumem que os dois irmãos diferem um do outro ao menos minimamente, e através de suficiente treino podemos aprender a distinguir perceptualmente dois objetos perceptíveis (Cic. *Acad.* II 20; 56; 57; 86). Assim podemos aprender a distinguir Sócrates e seu irmão gêmeo independentemente de quanto se pareçam, e apenas ao aprendermos isso poderemos ter a impressão

cognitiva de que ele é Sócrates. Assim, não pode ocorrer que tenhamos primeiramente uma impressão cognitiva de Sócrates e depois uma impressão falsa exatamente semelhante de que ele (o irmão gêmeo de Sócrates) é Sócrates.

A questão crucial aqui é o princípio metafísico da distinção interna de objetos diferentes ou a identidade dos indistinguíveis. Visto que este princípio está firmemente incorporado na metafísica estoica, sua admissão dele aqui não pode ser considerada um lance *ad hoc*. E uma vez concedido esse princípio, a alegação de que, para qualquer objeto, poderia haver outro objeto tão parecido com ele que os dois não pudessem ser discriminados é consideravelmente enfraquecida, pois ainda que os cétricos possam apontar muitos casos em que achamos excessivamente difícil, se não impossível, distinguir objetos diferentes devido a sua similaridade, os estoicos assinalam, não sem plausibilidade, que se nos aplicarmos a isso nós também aprenderemos a distingui-los (Cic. *Acad.* II 56, 57). Também se pode lembrar que que, de acordo com a lógica dos estoicos, as duas impressões recebidas quando alguém vê Sócrates e seu irmão gêmeo difeririam em conteúdo proposicional, visto que o demonstrativo tem referência distinta.

Ora, pode-se pensar que o argumento cético obtém muito de sua força por mostrar que, mesmo sob condições normais, não sabemos se a impressão é cognitiva, posto que não sabemos se ela é uma impressão do objeto do qual ela se apresenta como uma impressão, ou se ela é de fato a impressão de um objeto muito parecido com ele e que ainda não apreendemos a distinguir dele. Entretanto, devemos ter em mente que os estoicos não negam que podemos errar ao pensar que uma impressão é cognitiva quando ela não é. Eles só estão comprometidos com a concepção segundo a qual, em condições normais, nós teremos uma impressão cognitiva do objeto em vista, que a mente pode discriminar a impressão como cognitiva e que nós não poderíamos ter a impressão cognitiva que ele é Sócrates sem sermos capazes de distinguir Sócrates de todos os demais objetos. Mas isso não quer dizer que não sejamos capazes de ter vários outros tipos de impressões cognitivas de Sócrates sem sermos capazes de distingui-lo de todos os demais objetos. Similarmente, teremos uma impressão cognitiva do irmão gêmeo de Sócrates se nós o virmos sob condições normais, mesmo se não soubermos em absoluto quem ele é e nem mesmo formos capazes de distingui-lo de outros objetos. Mas essa impressão, seja ela qual for, será bem diferente da impressão cognitiva que ele é Sócrates. Tampouco há nada que nos impeça de termos a impressão de que o irmão gêmeo de Sócrates, plenamente visível diante de nós, seja Sócrates. Esta impressão, todavia, não será uma das impressões *cognitivas* que temos quando vemos o irmão, ainda que possamos cometer o erro de pensar que seja.

A outra linha de ataque dos cétricos parece mais promissora. Eles assinalam que mesmo as impressões patentemente falsas dos que sonham, dos loucos e dos embriagados parecem ter todos

os traços que se supõe serem característicos das impressões cognitivas, ou que elas ao menos parecem indistinguíveis das impressões cognitivas para as pessoas que os têm.

A primeira coisa a notar é que essas impressões decorrem de estados não-normais ou anormais de mente, e não parece nada óbvio que tais estados mentais não tenham um efeito no caráter interno das impressões que produzem. De fato, parece óbvio que frequentemente um estado anormal de mente altera sistematicamente o caráter de nossas impressões. E, pelas razões indicadas acima, a física estoica pareceria requerer que o caráter interno das impressões implicasse um certo estado de mente. Em segundo lugar, deve-se observar que, mesmo se fosse o caso de que, em certos estados anormais, uma pessoa não esteja em condição de dizer se suas impressões são cognitivas ou não, porque as não-cognitivas lhe parecem ter todos os traços das cognitivas, isto não mostraria que ele não tem impressões cognitivas e não-cognitivas que diferem umas das outras qualitativamente e que sua mente as discrimina em vista disso.. E, em concordância com isso, não vemos os estoicos argumentando que mesmo os que sonham e os loucos podem dizer que seus sonhos e alucinações são não-cognitivos, mas sim que mesmo eles reagem diferentemente às impressões cognitivas e não-cognitivas (SE *M* 7.247). E isso parece bem verdade, se considerarmos a questão em geral. Os estoicos estão, é claro, comprometidos com a visão de que a mente é capaz, em cada caso, de discriminar entre impressões cognitivas e não-cognitivas, mas sua teoria também permite que eles expliquem os aparentes contra-exemplos. É exatamente um sinal de um estado de mente severamente anormal o de que ela trate as impressões cognitivas e não-cognitivas indiscriminadamente, de modo tal que nos casos particulares possa parecer que não há nenhuma diferença observável no comportamento.

Assim, parece que o cético falha em mostrar que as impressões cognitivas e não-cognitivas não diferem qualitativamente entre si e que, portanto, a mente não pode discriminar entre elas com base na sua diferença inerente. Eles falham mesmo em mostrar que é impossível dizer de modo absolutamente confiável se a impressão de alguém é ou não cognitiva. O que talvez eles mostrem é que nós, em nosso presente estado, não podemos invariavelmente dizer se uma impressão é cognitiva ou não. Todavia, os estoicos seriam os últimos a negarem isto.

Conclusão

O ceticismo acadêmico não é caracterizado por uma posição filosófica determinada, por um conjunto de posições filosóficas a que se espera que os acadêmicos subscrevam, mas por uma certa prática dialética e pela impressão neles causada pelo exercício dessa prática dialética. Ora, parece que os primeiros céticos acadêmicos, como Arcesilau e Carneades, ficaram com a impressão que eles não tinham nenhuma razão para aceitar crenças filosóficas. Quaisquer que fossem inicialmente

as razões que tivessem, elas foram neutralizadas pelos argumentos pelo contrário. Cétricos acadêmicos posteriores, no entanto, a partir de Metrodoro e Filo, parecem ter tido a impressão de que, por mais que se possa argumentar por ambos os lados de uma questão filosófica ou teórica, sempre se pode descobrir ao final que ainda está inclinado em favor de um dos lados e que não há razão para pensar que isso só se deva a uma deficiência de competência dialética ou à falta de ter considerado a questão com o devido cuidado, e que não há razão para não relatar a visão pela qual se está mais inclinado, ao menos enquanto se está entre seus pares e não há risco que o relato seja tomado erroneamente como uma asserção categórica, como poderia ocorrer, por exemplo, com jovens estudantes. Como resultado disso, muitos cétricos acadêmicos acabaram por articular crenças filosóficas bastante elaboradas. E dada a predominância do estoicismo e o sincretismo da época, essas concepções eram frequentemente pouco diferenciáveis das dos seus rivais estoicos. E, visto que os estoicos tampouco alegavam que suas concepções configuravam conhecimento, as duas posições se tornaram cada vez menos distinguíveis tão logo se deixava o campo da epistemologia. Todavia, dado que ambos os lados tendiam agora a ter mais ou menos as mesmas crenças com base nas mesmas considerações, o debate epistemológico deve ter começado a parecer nalguma medida acadêmico e fútil, especialmente porque parecia ter chegado a um beco sem saída. Galeno (*De dogm. Plat. et Hipp.* 796, 8 M ss) teria mesmo alegado o seguinte: os jovens acadêmicos dizem que tudo deve ser julgado por meio de impressões plausíveis, testadas, incontrovertidas (o “critério” de Carneades); Crisipo mantém que as coisas devem ser julgadas por impressões cognitivas e que o senso comum nos diz que é tudo uma questão de percepção e de pensamento evidente; mas seu desacordo é somente verbal. Se se considera a questão mais de perto, diz Galeno, ver-se-á que eles todos advogam a mesma prática epistêmica.

Assim não é surpreendente que alguns cétricos pensassem que a Academia se tinha tornado infiel à sua tradição cética e que eles tivessem tentado reviver o ceticismo radical dos primeiros acadêmicos, mas agora sob o nome de “Pirronismo”, para se distinguirem dos seus contemporâneos acadêmicos. No entanto, à essa altura, ao que parece, os estoicos já não estavam dispostos a se envolver num debate real sobre a questão e a refinar sua posição a partir disso. E assim o estoicismo ortodoxo tornou-se logo uma questão do passado, cujas concepções apenas sobreviveram de uma forma mais ou menos distorcida, pela qual foram assimilados em outros sistemas. E dessa forma distorcida a concepção dos estoicos sobre as impressões cognitivas e sua clareza e distinção – de fato, toda a epistemologia estoica – exerceu, através dos autores gregos e latinos remanescentes, como Cícero e Sexto Empírico, uma influência enorme até os tempos modernos.